

Pauta: Pacientes e Entidades de Saúde Mental. Quem cuida? SMS ou SMDS?

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): (10h11min) Estão abertos os trabalhos da reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. Bom dia a todos. A proponente desta pauta é a Ver.^a Cláudia Araújo, Pacientes e Entidades de Saúde Mental, quem cuida? A Secretaria Municipal da Saúde ou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social? Temos uma considerável fila de espera na área de saúde mental, segundo informação, são 4.810 adultos aguardando e 3.101 crianças e adolescentes aguardando pela primeira consulta. A Organização Mundial da Saúde avalia que a pandemia da covid criou uma crise global na saúde mental, a estimativa é de um aumento de 25% nos casos de ansiedade e depressão, só no primeiro ano de pandemia. Isso é muito grave. E nós queremos saber, então, através desta reunião, a pedido da Ver.^a Claudia, como está o atendimento em Porto Alegre. Foram convidados para esta reunião o gabinete do prefeito, a Secretaria Municipal da Saúde; temos três representante aqui, até já vou convidar quem vai representar a Secretaria da Saúde a fazer parte da Mesa conosco aqui: a Greice, assessora técnica; a Fernanda da Silva; Ana Carolina; e Gabriel Mazzini. Foi convidada também a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, não sei se tem alguém da Secretaria aqui presente. A FASC foi convidada, a Patrícia Mônico e a Mirela representam a FASC, convido-as a fazerem parte da Mesa também conosco aqui. Registro a chegada do Ver. Oliboni, contamos com a presença da Ver.^a Tanise e também da proponente, Ver.^a Cláudia Araújo. Do Conselho Municipal da Saúde tem alguém representando? Foram convidados também, mas ainda não contamos com a presença dos representantes. Do Conselho Municipal do Idoso tem alguém representando? Do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA? Do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS, tem alguém presente? Convido a parte da Mesa. Da PGM, tem alguém? Outros órgãos convidados: Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Serviço Social, Ordem dos Advogados do Brasil. Entidades

convidadas: Casa do Menino Jesus de Praga, o Viturugo de Miranda e o Arno representam essa entidade; Kinder; Educandário São João Batista; Instituto CrêSer; Lar Emanuel; Lar Vovó Luiza. Chamamos também o representante da OAB a fazer parte da Mesa.

De imediato, passo a palavra para a Ver.^a Cláudia Araújo, proponente da pauta.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todos. Primeiro, quero agradecer a presença de vocês, eu sei que numa terça-feira de manhã, muitas vezes, é difícil compor as agendas, mas é um tema importante e que nós precisamos discutir. Na verdade, a pauta não é sobre saúde mental, mas ela inclui saúde mental. Eu fui procurada por algumas entidades, algumas casas de acolhimento que têm muitos problemas, e hoje a gente tem que falar aqui sobre a palavra é “limbo”. Nós temos um limbo. Muitas vezes existe uma casa, essa casa faz um tipo de atendimento e acolhe outras pessoas que talvez não estivessem, não deveriam estar dentro daquela instituição e que o Desenvolvimento Social não acolhe como sendo responsabilidade deles, a Saúde não acolhe como sendo responsabilidade dela, e onde é que essas pessoas ficam? Essa é a grande preocupação. Infelizmente os conselhos não estão presentes, eu acho que era muito importante que nós tivéssemos a presença dos representantes dos conselhos aqui, porque, na verdade, muitas coisas não são viabilizadas em função da falta dessa parceria. E a gente sabe que os conselhos são extremamente importantes para essa construção, então eles deveriam estar aqui, eu lamento muito que não estejam. Eu trouxe uma fala tratando do tema de hoje: “Pacientes e entidades também dentro da Saúde Mental, quem cuida? Secretaria de Desenvolvimento Social ou Secretaria da Saúde? As entidades que não têm apoio oficial têm muita dificuldade em se manter, a fiscalização rígida tem retirado pacientes e fechado casas de acolhimento que não conseguiram ou se cadastrar, ou se adaptar às regras exigidas pelas secretarias. As casas de acolhimento de saúde mental são estabelecimentos destinados a fornecer cuidados, suporte e tratamento para indivíduos que vivem com distúrbios de saúde mental. Elas desempenham um

papel crucial na sociedade, pois fornecem um ambiente seguro e acolhedor para essas pessoas. No entanto, a gestão e operação dessas casas frequentemente envolvem uma série de questões burocráticas e regulatórias. Em cidades como Porto Alegre, a responsabilidade de cuidar dos pacientes de entidades de saúde mental é dividida entre várias partes. Normalmente a Secretaria de Saúde é responsável por supervisionar o fornecimento de serviços da Saúde Mental, enquanto a Secretaria de Desenvolvimento Social pode desempenhar um papel no apoio a esses indivíduos ou a outros aspectos de suas vidas como habitação, educação, emprego, e *etc.*

A regularização das entidades que atendem à saúde mental envolve uma série de processos formais. Primeiro, a entidade precisa ser formalmente estabelecida como uma organização jurídica, o que normalmente envolve a obtenção de um CNPJ. Além disso, a entidade deve cumprir uma série de quesitos regulatórios, que podem variar dependendo da localidade. Isso pode incluir coisas como ter um certo número de profissionais de saúde licenciados para essa equipe; seguir diretrizes específicas de tratamento; e manter padrões adequados de higiene e segurança – isso a gente sabe que é importante e essencial.

A parceria entre a Prefeitura e as entidades de saúde mental também precisa ser formalmente estabelecida. Isso geralmente envolve um processo de cadastro no qual a entidade fornece informações sobre seus serviços, instalações e equipe. A Prefeitura, então, avalia essas informações para determinar se a entidade é adequada para fornecer serviços de saúde mental. Se for considerada adequada, a Prefeitura pode fornecer à entidade uma variedade de formas de apoio que podem incluir financiamento, treinamento, assistência técnica. No entanto, é importante observar que, na prática, o processo de regularização e cadastro pode ser complicado e demorado. As entidades podem enfrentar desafios como atrasos burocráticos, falta de clareza sobre os requisitos regulatórios e dificuldade em cumprir estes requisitos. Por isso é fundamental que as prefeituras e as secretarias relevantes trabalhem para tornar esse processo mais simples e eficiente possível. Isso pode incluir coisas como fornecer orientação clara e acessível sobre requisitos regulatórios, agilizar o

processo de cadastro e fornecer suporte contínuo para as entidades, uma vez que elas estejam operando. Isso tem trazido vários problemas, tanto ao Município quanto às entidades. Normalmente aí entram as judicializações, quando a gente não consegue trazer uma pessoa que está precisando desse atendimento e que não tem família, que não tem condições, muitas vezes, e que precisa de uma instituição dessas, muitas vezes, a gente bate na burocracia, a gente não consegue oportunizar esse atendimento. E aí o que a gente decide? O que a gente prefere? Colocar essas pessoas numa instituição, mesmo que não esteja cem por cento regularizada, ou deixar essas pessoas no limbo?

Sem o apoio e a parcerização da Prefeitura com as entidades existentes na cidade, que absorvem a maioria dos pacientes e que têm poucas ou nenhuma condição financeira, os pacientes não têm espaço para ficar ou serem tratados, visto que o sistema de saúde e acolhimento da cidade está no limite.

Havendo um maior apoio nas secretarias afins, ajudaria o próprio Município, que dividiria essa responsabilidade e desafogaria a saúde pública, dividindo os pacientes com as entidades que trabalham diariamente com dificuldade para se sustentar e manter seus internos com as mínimas condições.

Eu vejo muito, eu acompanho muito e visito muito várias instituições, umas bem equipadas, organizadas e que têm, ainda assim, dificuldade de ampliação de leitos, de acesso a algumas questões. A gente tem aqui o Miranda, que é um exemplo disso, tem um belíssimo trabalho junto à Casa Menino Jesus de Praga e está, há meses, tentando parcerizar mais alguns leitos, que tem condições de absorver, e que a gente, enquanto Município, ainda não assinou. Então, isso é um dos detalhes, nós temos aqui o Lar Vovó Luiza, que inclusive sofreu uma denúncia há pouco tempo, e ela é infundada, e eu acompanho há muito tempo, até em função do atendimento das pessoas que ela faz, que ela recebe. Ela tem uma parceria, muitas vezes, com o Hospital Vila Nova, que a gente sabe que recebe moradores de rua, pessoas em situação de drogadição e que, muitas vezes, liga para o Lar e diz: “Preciso acolher essa pessoa, ela não tem família, nós não temos para onde encaminhar.” Então, recebe essa pessoa, muitas vezes, com problemas de escaras, vários problemas físicos e tenta trabalhar,

sendo que ela é privada, ela não tem parceria, mas ela deveria ter, e ela tenta, há muito tempo, se adequar e não consegue essa solução. E ela recebe mais de 50 pacientes hoje, que poderiam, em parceria com o Município, para a gente fazer um melhor atendimento. Hoje, ela trabalha com um salário mínimo, que normalmente é do LOAS ou, então, o BPC, e é o máximo. E a gente sabe que a gente não consegue trabalhar um paciente com várias necessidades com o LOAS, a gente sabe disso, que isso não existe. Então, ela tem muitas dificuldades, não consegue acesso ao conselho para fazer uma parcerização e ter mais condições de tratar seus pacientes.

Então, assim como esta, fomos procurados pelo Lar Emanuel, que acaba de perder o CMAS. Então como se mantém uma instituição, que recebe hoje 22 mulheres, que não conseguiu uma parcerização com a questão dos homens, porque são separados os homens e mulheres, e que faz o seu papel junto ao poder público e que está desassistido nesse momento? A fala é: “Muitas vezes nós tentamos a regularização, e eles não regularizaram.” Então, é importante a gente trazer essa fala e essa discussão para dentro da Comissão para que a gente busque juntos alternativas, porque eu não acredito que não existam formas de que a gente possa melhorar e desburocratizar esse atendimento, porque vocês fazem um papel extremamente importante, que nós, sozinhos, não conseguimos fazer enquanto poder público. Inicialmente, o que eu gostaria de trazer é isso. Vamos ouvir, vamos passar para o presidente fazer o encaminhamento, não sei se algum vereador também quer falar, para que a gente possa trazer essa discussão à tona. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Bom dia, presidente, Ver. José Freitas; demais colegas, Ver. Oliboni, Ver.^a Cláudia Araújo, proponente desta pauta; demais convidados que estão aqui presentes. Quero compartilhar com vocês que eu sou psicóloga de formação já há quase 20 anos; sou a

primeira vereadora desta Casa, e o meu mandato, a minha pauta também tem sido a saúde mental. Então, eu fico muito contente quando eu vejo outros vereadores, assim como a Cláudia Araújo, nesta manhã, propondo essa pauta, o Ver Oliboni também tem alguns projetos na área da saúde mental, e eu fico muito feliz, porque não é uma pauta de um ou de outro vereador; é uma pauta de todos. Quanto mais colegas vereadores se unirem em torno da saúde mental, melhores resultados nós teremos.

Dizer para vocês também que nesta comissão COSMAM, por diversas vezes, já pautamos outros assuntos referentes à saúde mental. Eu lembro que, no início do ano, em março, nós fizemos uma pauta virtual, o tema foi sobre a rede da saúde mental, onde o CAPS, o CAPS AD e o CAPSI, CAPS 2, cada um fez uma fala, as equipes de saúde mental, e finalizou com a nossa coordenadora da saúde mental, Dra. Cristiane. Também nesta comissão a gente sempre tem falado sobre a questão do autismo, hoje nós temos o Centro do Autismo, enfim, esta comissão tem sido bastante atuante em prol também da saúde mental. Sobre esta pauta específica, eu quero parabenizar a vereadora, porque realmente tem um limbo, tem um gargalo, tem alguma coisa aí que a gente precisa resolver. Lembro uma reunião, Gabriel, que nós tivemos com prefeito, eu solicitei uma pauta com nosso prefeito da capital para tratar de uma demanda no bairro Bom Jesus, que alguns moradores me passaram, que lá tinha um foco de moradores de rua, dependentes químicos. Então, eram moradores de rua, tem assistência social, mas também dependentes químicos, a saúde. A gente teve um debate bem legal de como como intervir, como agir, e precisa das duas áreas juntas.

Dizer para vocês que, como vereadora também, as emendas impositivas que a gente tem agora, no meu caso, eu destino tudo para saúde mental, 80% para saúde mental, porque realmente é uma área que parece que não tem o olhar do gestor público. Com essa pandemia da covid, a gente viu a importância da saúde mental. Eu tenho trabalhado muito pela Lei nº13.1935, de 2019, que prevê psicólogos e assistentes sociais nas escolas. Eu vejo uma sensibilidade do prefeito e do vice na implantação desta lei, mas ainda está distante de implantar

isso, inclusive já foi um tema em uma reunião da COSMAM. Enfim, eu acho que o debate sobre a saúde mental sempre é bem-vindo, sempre oportuno, sempre é importante. Portanto, Ver^a Cláudia, parabéns por propor essa pauta.

E já quero pedir desculpas, mas eu vou ter que me retirar em torno de 11h30min, porque tenho uma atividade com a direção do Pronto Socorro, hoje, 6 de junho, é o Dia Nacional de Prevenção de Queimaduras, é uma pauta também que eu tenho trabalhado. Parabéns pelo debate, e estou à disposição. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudações ao nobre presidente, Ver. José Freitas, colegas vereadoras Tanise e Cláudia. Parabenizando a Ver.^a Cláudia Araújo pela iniciativa da pauta e saudando a todos os nossos convidados.

Tenho uma enorme curiosidade em saber como essas entidades sobrevivem se não tiverem o apoio do poder público. Se nós visitarmos o Lar de Santo Antônio dos Excepcionais, enfim, qualquer entidade que, por sua vez, tenha essa dificuldade, muitas vezes até os familiares acabam abandonando lá o paciente ou a pessoa que está lá, no caso, do Lar de Santo Antônio dos Excepcionais. A ausência do poder público nesse dia, isso é muito difícil para nós porque geralmente temos o intuito de poder fazer os encaminhamentos necessários da COSMAM. Por um lado é positivo ver a dificuldade do governo, mas é muito decepcionante quando o governo não sinaliza para esse tipo de parceria, de contratualização de serviço. Sabemos que o poder público não tem essa janela de poder fazer esse tipo de atendimento, nós precisamos instigar, nós podemos provocar, temos que insistir para que tenha um programa presente e futuro de acompanhamento e destinação de recursos para tal.

Quero ouvir as entidades para saber como podemos, depois, presidente, tentar ajudar no encaminhamento. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O Sr. Viturugo Miranda, da Casa do Menino Jesus de Praga, está com a palavra.

SR. VITURUGO MIRANDA: Meu nome é Miranda, sou membro do Conselho de Administração da Casa do Menino Jesus de Praga, e faço um trabalho, desde 2014, movido a esta pauta de hoje. Para mim, é um orgulho e uma emoção poder estar aqui, porque luto com a FASC, faço parte de uma entidade que é irmã do Lar de Santo Antônio dos Excepcionais e da Casa Santa Rita dos Excepcionais. Nós acolhemos crianças com lesões cerebrais e paralisia motora e, quando a pauta é doença mental, essas crianças, acima de tudo, têm uma doença mental. Só que a Casa do Menino Jesus de Praga, por uma característica nossa, começou a evoluir, e acreditamos como conselho que não dava mais para atender simplesmente o acolhimento. Então, nós optamos por essa decisão de não pedir, mas primeiro mostrar ao órgão público o que se pode mudar. Por isso a minha emoção de estar aqui, porque vimos lutando com isso há mais de seis anos. A casa se tornou hoje uma casa de saúde no atendimento da criança com lesão cerebral e paralisia motora, antigo excepcional, desculpem a expressão, no sentido de atendimento de saúde. Essas crianças, tecnicamente, são jogadas nas casas lares e lá recebem toda a morosidade e o possível que seja feito, com os recursos que se tem. E nós migramos para o atendimento de saúde. Hoje nós acolhemos a alta complexidade, aquilo que nem o Santo Antônio, nem o Santa Rita tem condições: médico 24 horas, técnicos de enfermagem, enfermeiras, farmacêuticas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, todo um processo que muito hospital do interior do Rio Grande do Sul não tem. Nós fazemos esse trabalho e mostramos isso aos órgãos, e o que nos – desculpa a expressão, talvez inadequada, emocional – atinge profundamente, é que nós estamos numa negociação de pedido ao município, nós temos, hoje, se não me falha a memória, 11 ou 12 convênios com prefeituras do interior do Estado, trazendo essas crianças que estavam ou abandonadas ou nos hospitais, porque a casa funciona como área de desospitalização, nós abrimos vagas nos hospitais. Nós tivemos um óbito ontem, de uma criança que esteve por 13 anos na UTI do hospital de

clínicas – ela nasceu e ficou na UTI. E foi com o primeiro contrato com a Secretaria da Saúde do Município Porto Alegre que ela foi para casa. Ela pôde viver três anos num acolhimento diferenciado do hospital, mas era uma pessoa, um ser que precisava ficar ligado a dois equipamentos, 24 horas, e a única instituição no país – no país! – que poderia fazer isso, além do Hospital de Clínicas, era a Casa Menino Jesus de Praga. E nós estamos há 11 meses discutindo com a Prefeitura de Porto Alegre, tivemos uma reunião em janeiro com o secretário da Saúde de então, mais o gabinete do prefeito, mais as entidades remanescentes, para mostrar que esse acolhimento não pode acontecer pela FASC, porque ele é saúde pura! É saúde na veia! Nós podemos fazer um atendimento pela FASC, até um Santo Antônio, um Santa Rita, num acolhimento médio para baixo, mas no médio alto não tem condições. E aí o gabinete nos prometeu que teríamos, em março, 10 vagas para serem atendidas, Prefeitura de Porto Alegre, e estamos até hoje sem nenhuma resposta, as respostas são: “Estamos vendo; vamos olhar; vamos pensar”. Eu estive conversando sexta-feira com o novo secretário, o Fernando Ritter, que alegou uma incompatibilidade de verbas para poder fazer o acordo, que, desculpa a expressão, para mim é ridículo, mas entendo, porque eu estou tirando essas crianças dos hospitais, abrindo... Não há leitos de pediatria em Porto Alegre, vocês sabem, a mídia está publicando isso, estou propondo tirar 10 leitos – 10 por nós, nós temos capacidade para atender 30 –, e nenhuma resposta. Então isso traz as indignações, traz as desmotivações, quando o próprio órgão público, que tem toda a qualidade para poder fazer, atender a uma demanda que é emergencial, de criar leitos pediátricos, não o faz. Sinceramente, a gente fica sem respostas.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Só para complementar, as judicializações são muito mais caras do que o contrato, né?

SR. VITURUGO MIRANDA: Sem dúvida! Parece-me que há um pedido do prefeito, um pedido do ex-secretário, que evitasse a judicialização, mas por outro

lado, quando tu evitas – nós estamos segurando quatro vagas da FASC, que estão em uma outra instituição, que deveriam estar lá, estou segurando para não judicializar – não acontece. Então, é um impasse, me desculpe, mas é velho imbróglio político, é a vontade com o desejo de fazer, e, às vezes, tu não encontras essa sinergia para isso acontecer. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Eu que agradeço, Miranda. O Sr. Leopoldo, do Instituto CrêSer, está com a palavra.

SR. LEOPOLDO DE MENEZES MOREIRA: Bom dia, eu sou o atual presidente do Instituto CrêSer, que a gente chama carinhosamente de ICrêSer. Primeiro, um agradecimento, Ver.^a Cláudia, pelo convite, externando um cumprimento à Mesa na figura do presidente e dos demais componentes. Emociona ouvir falar do caso de vocês, da Casa Menino Jesus de Praga, porque embora nós tenhamos um serviço diferente, nós trabalhamos com atendimento de jovens e adultos que são deficientes mentais, e sempre trabalhando no estímulo à questão da profissionalização e também do ensino, a gente vê muita dificuldade nisso. A nossa instituição tem 26 anos, foi uma iniciativa tomada por mães que até então, naquela época lá atrás, quando as crianças chegavam já na idade adulta, elas não poderiam continuar sendo atendidas pela rede, aí, numa iniciativa muito nobre, essas mães acabaram criando uma cooperativa social para levar os seus filhos e tentar continuar, dar um estímulo à questão da educação, e agregaram isso à questão do estímulo à profissionalização. Então, trabalhamos lá com algumas oficinas de padaria, horta, cartonagem, enfim, para tentar estimular esse público, e a gente sabe, hoje não é um problema pontual aqui de Porto Alegre, acho que é um problema no nosso País, que esse público, quando chega na idade adulta, é praticamente desassistido pelo Estado. Hoje, a criança e o adolescente até têm um atendimento, muito em função do ECA, mas o jovem, o adulto e o idoso deficiente são praticamente abandonados em casa, e o nosso instituto se presta a fazer esse acolhimento, esse atendimento com diversos programas que a gente tem, internos, mas com muitas dificuldades – a

Ver.^a Cláudia sabe disso porque nos acompanha há um tempo. Nós conseguimos alterar agora, de cooperativa, uns três anos atrás, para instituto, porque simplesmente a gente não conseguia captar recursos em função da natureza jurídica da organização da entidade. Então, transformamos para instituto, encaminhamos agora a questão da utilidade pública e estamos na esperança de assim poder captar recursos para melhorias. O que se vê também, entrando direto aqui na pauta, é que me parece que quando a gente vai procurar esse auxílio do município e das instituições que são constituídas, das entidades, dos conselhos; parece-me que é tudo muito perdido, e a gente fica desorientado também, por quê? Porque, no nosso caso, lá, e acredito que no caso da maioria das instituições, o que acontece? A gente precisa de um atendimento e de uma atenção de mais de uma secretaria, não somente de uma. E, para isso, precisa ter uma orientação, uma certa organização, para que essas entidades possam ser atendidas de maneira mais célere e mais organizada; hoje a gente acaba se perdendo praticamente na burocracia; se não tem uma ajuda de um ou de outro que possa intervir, a entidade fica desassistida, porque vocês sabem, pessoal, a gente se perde muito também no nosso dia a dia, porque é muito corrido. A nossa instituição sobrevive de contribuições dos familiares; nós não temos nenhum funcionário, para vocês terem uma ideia, porque nós não temos dinheiro para pagar. Então, o que a gente faz? É doação dos... Quem trabalha lá são os pais, as mães, principalmente, de forma voluntária. E as contribuições financeiras para casa são nossas, a gente que vai contribuindo, procurando apoio de algumas empresas, que às vezes ajudam, às vezes não ajudam. Como a gente não tinha a utilidade pública, então era uma doação – eles não poderiam nem destinar. E assim a gente vai, a gente vai meio trôpego...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Quantos jovens têm hoje na casa?

SR. LEOPOLDO DE MENEZES MOREIRA: Hoje atendemos em torno de 42 jovens, mas a nossa demanda reprimida... Poderíamos atender muito mais, é que não temos capacidade financeira; por exemplo, os nossos jovens lá, como

eles são adultos, muitos têm múltiplas deficiências, não só deficiência intelectual; então, nós precisamos, por exemplo, de monitores que possam carregar esses jovens até o banheiro, por exemplo, é uma coisa simples, acompanhá-los nas atividades, na praça ou no pátio. Nós não temos capacidade de contratação, estamos tentando um convênio com a Prefeitura, via SMED, que talvez se consiga, porque nós temos uma parceria com a Prefeitura na questão da educação; a SMED colocou lá um EJA; então, de manhã é o EJA, com professores municipais; à tarde, no contraturno, a gente faz essas oficinas; mas para as oficinas nós precisamos de muito mais, muito mais. E, hoje, quem consegue carregar aqui; aliás, quem tenta carregar esses jovens para os atendimentos são as mães idosas, com 60, 70, 75 anos, que às vezes não conseguem nem carregar os jovens, com muita dificuldade. Então, para concluir, tentando encaminhar, acho que o encaminhamento correto, que eu vejo, já falei isso em alguns fóruns, para algumas pessoas, no nosso caso pontual aqui da Prefeitura de Porto Alegre, tinha que se criar uma comissão de entrada, uma comissão que puder acolher essas instituições e ver qual é a necessidade delas e quais secretarias seriam envolvidas, para que se pudesse ter um elo de ligação, senão tu ficas correndo, de secretaria em secretaria, fica vendo quais são os conselhos aos quais tu tens que ir. Então, se fosse criado algum elo que pudesse direcionar aquele pessoal que estaria em contato direto com esse tipo de instituição para poder fazer a intermediação, acho que ficaria bem mais fácil do que a gente ficar correndo, muitas vezes sem tempo de fazer isso. Então, é a minha sugestão de encaminhamento. Obrigado, bom dia para todos.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Leopoldo. Na verdade, cada entidade é um desabafo. Representando Lar Emanuel, a psicóloga Paula Fochesato está com a palavra.

SRA. PAULA FOCHE SATO: Bom dia, tudo bem? Vou falar um pouquinho sobre o Lar, mas também faço das minhas palavras as palavras dos colegas; não tem como a gente falar sobre saúde mental, sobre a nossa instituição, sem ser

emocionar, principalmente no momento em que nos encontramos. O Lar Emanuel é um legado do nosso fundador, tem mais de 30 anos em Porto Alegre, com o intuito de atender toda e qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade. Então, todas as pessoas que entraram hoje – temos duas unidades, a masculina e a feminina – vieram de situação de moradia na rua; todas! E a gente sabe que é uma grande verdade que a rua acaba adoecendo também, existem duas formas: ou tu adoeces na rua ou tu vais para rua porque tu estás doente. Dentro da nossa instituição, hoje, a unidade feminina tem um convênio, uma parceria com a FASC – essa parceria está findando agora no dia 23 de julho, por uma questão de a gente ter perdido a nossa inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, visto que temos essas duas unidades, e a unidade masculina nunca teve nenhum tipo de parceria ou inscrição, porque a gente não consegue se adequar às exigências do Conselho, por quê? Porque nós atendemos saúde mental dentro da assistência social, o que fica no limbo, porque a gente atende as pessoas que vieram da rua, mas essas pessoas que vieram da rua, vieram adoecidas. Então, a gente fica muito sem saber por onde ir ou o que fazer, porque a nossa realidade, hoje, dentro de Porto Alegre ou em qualquer lugar, é que a rua vai te adoecer; então, tu vais chegar na assistência social adoecido. E para onde a gente vai? A gente fica na assistência? A gente vai para a saúde, o que a gente faz? Além disso, hoje, pensando nessa desconstrução do lar, a gente lida com vidas, vidas de pessoas que tem mais de 20 anos de institucionalização conosco, vida de vovós, vovós que saem de um local, que é a casa delas; a única residência, o único local que elas encontraram durante a sua vida inteira foi ali. E aí a gente vai realocar em outro local, com toda essa vertente já da questão da saúde mental, em que a família, aquele local, o cantinho delas, vai ser perdido. Então hoje a gente vem, na realidade, também fazendo um desabafo e solicitando todas as ajudas de todos os lados. A gente está buscando também junto à FASC, porque a gente fica perdido. Um histórico tão bonito, uma história tão positiva, uma instituição que acolheu mais de 1 mil pessoas ao longo desses 30 anos, o que vai acontecer? O que a gente faz

agora? Para onde a gente vai? O que vai ser dessas pessoas que estão ali? Então acho que os nossos questionamentos são bem esses.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Paula. A Sra. Lisiane Luz Machado, representando o Lar Vovó Luiza, está com a palavra.

SRA. LISIANE LUZ MACHADO: Bom dia. Eu tenho o Lar Vovó Luiza há sete anos. Quando eu comecei na Restinga, a ideia era cuidar de pessoas que pagassem, e essa seria a minha renda, porque eu tinha família para sustentar; só que eu não imaginava que tantos idosos, que tantas pessoas eram abandonadas. E aí eu pensava: eu tenho 24 camas, aquele ali não tem, por que eu não vou botar ele ali? E assim eu comecei, eu não sabia dizer não, porque eu sempre dizia: Deus vai abençoar, não vou deixar a pessoa rolando, eu vou ajudar aquele familiar que, às vezes, caiu de paraquedas a doença na mãe, no pai, no irmão e não sabe cuidar. E, gente, eu sou formada, eu sei cuidar, o principal eu tenho, então vamos cuidar. Fiquei dois anos na Restinga, e aí a fiscalização da saúde não aprovou a casa, e aí mudamos. Duas vezes nós mudamos porque a casa não tinha habite-se – habite-se só serve para pagar o IPTU mais caro, não sei para que serve para o idoso. E aí eu disse para Deus: olha, se eu não conseguir uma casa que eu compre e tenha o que a fiscalização pede eu não quero mais, porque eu estou passando trabalho, humilhação, estão sempre achando que estamos roubando idoso por causa de uma porcaria de um salário mínimo, e nunca está bom. E foi então que Deus pegou e me deu a bendita da casa, consegui a casa com tudo o que precisava para a fiscalização. Mas, claro, como eu negociei direto com a proprietária, ela tem muita reforma para fazer, mas ela tem toda estrutura. A gente fez laudo de engenheiro, laudo elétrico, tenho o maravilhoso habite-se, que está lá pendurado, que é a primeira coisa que eu mostro – foi uma tortura na minha vida aquele habite-se. E aí eu fiquei muito feliz, eu pensei: agora é que tudo vai andar, porque eu tenho tudo o que eles me pedem. Só que não. Aí começaram a incomodar por outras coisas. Então faz sete anos agora, neste mês de maio, que eu me mudei para essa casa.

De cara – porque, perto do mês do idoso, eles lembram da gente –, foram me visitar e interditaram a casa por questão de estrutura para fazer as melhorias. E eu segui o baile. Eu dizia: eu não vou desistir; Cláudia, eu não vou desistir, seja pobre, seja rico, nós vamos continuar. E eu sustento os pobres lá, os que não têm, com aqueles que as famílias pagam, só que se as famílias me procuram, botam lá, gostam do meu trabalho, é indicação, já cuidei às vezes de dois ou três da família, então eles me ajudam, eu faço campanha para doação, para receber as doações. Eu não tenho sócio, eu não tenho nada, ninguém rouba de mim, eu não roubo de ninguém, e tudo o que entra ali é para investir na casa. Então eu tenho um lugar excelente para o que seria uma SPAAN, só que falta dinheiro.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Tu não tens vínculo nenhum com o poder público, não é?

SRA. LISIANE LUZ MACHADO: Não, não ganho nada de ninguém.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A única coisa que o poder público faz é te fiscalizar.

SRA. LISIANE LUZ MACHADO: E me ferrar, toda hora. Então essa tem sido a minha luta. O espaço é muito bom. Quando eu entrei na casa, eu já sofri uma interdição de cara, por causa das estruturas, das melhorias. Eu consegui cumprir para continuar trabalhando, só que eu dependo do juiz para julgar, que nunca julgou – já faz dois anos que está para julgar. E agora, em maio, a gente teve uma denúncia de uma funcionária que pegou um grupo interno de WhatsApp, onde a gente tem a rotina de trabalho. Imagina, eu tenho três turnos, então o Fulano dá o banho, faz o curativo, e as fotos vão para o grupo interno, para que todos estejam sabendo o que está acontecendo ali dentro. E a pessoa, por maldade, pegou aquele grupo, foi lá e disse que a clínica era assim. Só que a fiscalização chegou lá e não era, tinha uma melhoria lá, um quarto com vazamento, um banheiro, mas, por favor, uma casa com 50 pessoas, eles

estragam porta, entopem vaso, tem coisa assim todo santo dia, e a gente faz, a gente cuida. A casa tem 18 banheiros, tem 24 quartos. Então a gente precisa mesmo é que o pessoal tenha mais consideração de ver, não adianta eles quererem que eu troque todos os meus móveis em 30 dias – eu já recebi uma notificação dessas. Como? De onde eu vou tirar o dinheiro? Então às vezes as pessoas estão mais preocupadas...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Com quantos idosos vocês estão lá?

SRA. LISIANE LUZ MACHADO: Com 40. Então, às vezes, estão mais preocupados com a estrutura, com a beleza, não que não seja importante, seria o meu sonho ter tudo novo, mas a minha prioridade é o funcionário, é a água, é a luz, é a comida, é o medicamento, é a fralda. Todo mundo sabe a luta que é pegar fralda no SUS, tem mês que tem, tem mês que não tem, e independente de ter ou não, eu tenho que colocar lá todo mês, tanto a comida, quanto a fralda, quanto a medicação. Não que eu não queira fazer tudo o que eles me pedem, só que tem que ser por partes, e eu não estou conseguindo liberdade para trabalhar, para poder fazer as coisas, porque toda hora eles estão encrencando com alguma coisa, só que tem que ter consideração. O Ministério Público ligava para as famílias que pagam e mandava tirar os pacientes de lá. “Eu vou fechar a Vovó Luiza”. Mas e os que não pagam? A FASC não fez nada, o Ministério Público não fez nada, e eu tenho que sustentar. E se eu não sustento eles vão comer o quê? Aí eu vou presa porque eu botei os idosos lá e não tinha nada para dar. Então está faltando, eu não sei qual é o problema, e não é por falta de boa vontade minha, porque a Cláudia sabe que eu estou 24 horas disposta, eu atendo emergência, eu levo paciente para o hospital, eu atendo, eu faço tudo; tudo o que eu tenho que fazer por eles eu sempre faço. Só que o órgão está faltando, o alvará da saúde é um milagre. E aí, muitas vezes, colocam lá o curador para assumir – esses pacientes que não têm família –, o curador dativo, que normalmente é um advogado. Eles não pagam as clínicas; aí, depois de dois anos, o juiz manda tirar de lá e botar em outro lugar; mas não pagou a clínica.

Fiquei dois anos sustentando lá. Está vivo porque eu cuidei; se estivesse mal cuidado estaria morto.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Para concluir.

SRA. LISIANE LUZ MACHADO: Então a gente precisa de apoio para conseguir liberar o alvará da saúde, o resto está tudo em dia.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Muito obrigado. Eu estou fazendo uma comparação aqui: para crianças e adolescentes, não se consegue nunca regularizar uma casa de apoio de drogadição, porque tem todos esses perrengues. A Sra. Mariana Diefenthäler, representando a OAB, está com a palavra.

SRA. MARIANA DIEFENTHÄLER: Bom dia, cumprimento o Ver. José Freitas, presidente da COSMAM, e na presença dele, todos os demais componentes da Mesa. Realmente bem impactantes os depoimentos. Penso que é mais do que dada a hora de a gente pensar se somos parte da solução do estigma da saúde mental ou se somos parte do problema com a saúde mental, pois justamente, a gente fala na terceira pessoa quando nós somos responsáveis pelo problema também, me parece, por não olhar para isso. Como representante do direito, da justiça, penso que a judicialização da saúde realmente é um sintoma de uma falta de diálogo de uma política pública e privada, porque quando a gente fala em acesso à saúde, a gente tende sempre a trazer só a questão do poder público, mas mais do que nunca, ouvimos agora há pouco um depoimento de como o acesso à saúde também é privado. Então está ali no artigo da Constituição que é dever do Estado, da União, do Município, também penso, seja dever do primeiro setor, que é o poder público, do segundo setor, que é o poder privado, e do terceiro setor, que é o poder privado com interesse público. Lembro do caso de Damião Ximenes Lopes, um assunto emblemático no nosso País que aconteceu no Ceará, no ano de 1999, que revolucionou toda política

pública em saúde mental. O Brasil inclusive foi sentenciado na Corte Interamericana de Direitos Humanos, pois Damião Ximenes Lopes foi sujeito, aos 30 anos de idade, a maus-tratos num estabelecimento de saúde. Num primeiro momento o assunto foi levado à Comissão de Direitos Humanos, que banalizou a situação. O Brasil foi processado, acharam que não daria nada no processo, mas foi levada adiante a investigação e o Brasil acabou sentenciado por maus-tratos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Assim como temos então o racismo estrutural, o machismo estrutural, nós temos, sim, o estigma da saúde mental estrutural na nossa sociedade, razão pela qual desde a educação, é urgente que a gente já traga, daí porque nós temos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que já é inspiração dessa sentença da Corte Interamericana que também instituiu a política antimanicomial, que é de 2001, o [Estatuto da Pessoa com Deficiência](#), que é de 2015, que alterou também sobremaneira o Código Civil Brasileiro nos artigos da capacidade civil, pois até 2015, as pessoas enfermas e com sofrimento mental eram consideradas pessoas incapazes para exercer os atos da vida civil; a partir de 2015, as pessoas em sofrimento mental se tornaram plenamente capazes. Sempre me pergunto até que ponto isso foi bom ou isso foi ruim, pois a gente sabe que mesmo hoje as pessoas com plena capacidade, mesmo sendo pessoas com sofrimento mental, ainda como dito, sofrem às vezes ações de curatela, ou seja são pessoas interditadas judicialmente que são representadas por seus curadores, às vezes curadores especiais dativos que não necessariamente estão mais preocupadas com a sua saúde e bem estar, eventualmente até com questões patrimoniais, ou às vezes negligência também. E ainda temos instituto da Tomada de Decisão Apoiada para essas pessoas em sofrimento mental, que é a escolha de duas pessoas para também ampará-las para a vida civil. Então tivemos essa alteração, é muito recente, de 2015, a [Lei Antimanicomial de 2001](#) também é muito recente, e agora conversamos e estivemos juntas lá na OAB, fizemos um Webinar bem interessante sobre a [Resolução nº 487 do CNJ](#), que agora institui também dentro do Poder Judiciário a política antimanicomial, ou seja, até as pessoas que cometeram crime em saúde mental, que antigamente

não eram punidas pelo Código Penal e sim sofriam uma medida de segurança e eram encaminhadas para o Hospital Psiquiátrico Forense, agora dentro de um ano, vão ser desospitalizadas. E a gente se pergunta como sociedade para onde vão essas pessoas. Para os CAPS? Mas a gente sabe que no interior do Estado tem CAPS que não tem nem médico psiquiatra, nem psicólogo, e vão para os hospitais, mas os hospitais têm setores específicos para a segurança? Penso que esse assunto da saúde mental é um assunto de processo estrutural, não de conflito estrutural. Ouvi o colega falando de quem sabe criarmos uma comissão aqui dentro do edil municipal, acho que uma comissão talvez de processo estrutural seja algo muito interessante, porque quando vem legislações de cima para baixo, como aconteceu com a resolução, onde não houve um debate público ou privado, seja interessante, porque existem vários na impactos dessas decisões estruturais, então acho que talvez seja interessante. Fica também como proposição, quem sabe pensarmos num Observatório Estadual em Saúde Mental, acho que seria bem interessante convidando todas as entidades. OAB, Simers, Cremers, os lares, Ministério Público, Defensoria Pública, Câmara, Assembleia, enfim, todos os representantes do executivo, legislativo, judiciário e sociedade civil organizada. E fica também a vontade de que dentro da OAB também tenha uma comissão especial da saúde mental, pois a pauta é tão importante e nós temos a comissão que ora representamos aqui, que é do direito à saúde, e é tão amplo o direito à saúde que penso que seria super importante ter uma específica para tratar do assunto. Então acredito também que é como um processo estrutural advindo de legislações, há necessidade de remanejamentos, ou seja, acho que sim, é matéria da Secretaria Municipal de Saúde o assunto, e não dá FASC ou da Assistência Social mais, pois isso vai se modificando. A lei faz com que ocorram alguns movimentos e alguns manejos, e eu acho que isso advém de um processo estrutural, razão pela qual eu pugno para que seja então absorvida essa pauta pela Secretaria Municipal de Saúde, que sejam então convidadas as entidades para um Observatório Estadual em Saúde Mental, criada na OAB uma comissão em saúde mental, criada na OAB uma comissão de saúde mental, e era isso.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Só para complementar e para te ajudar na fala, eu recebi uma denúncia do que estava acontecendo na Pediatria na saúde mental das crianças, no São Pedro, com vídeos e tudo. E aí a pergunta que tu fizeste, onde é que a gente coloca essas crianças? Eu fiz denúncia para o Ministério Público, tive uma reunião virtual com a Dra. Inglacir sobre a questão, que ia fazer uma vistoria técnica, inclusive lá, para verificar, porque as crianças estavam amarradas, gritando; eu recebi os vídeos e são aterrorizantes. E aí, o que a gente faz com essas crianças? Onde a gente as coloca? Porque se lá é o lugar que deveria acolher, tratar, e trata desta forma, como é que a gente faz com isso? Então eu acho que essa comissão que tu falas, e constituir uma fala específica para isso, eu acho que é extremamente importante, porque muitas são as denúncias e muitas são as demandas.

SRA. MARIANA DIEFENTHÄLER: Perfeitamente, e pensar que a lei de inclusão, o aluno especial, desde a educação infantil e ensino médio é também um tópico, porque tu imaginas se o manejo dentro de um hospital já é desafiador, imagina na escola, porque é a que se propõe a legislação. E nós, da escola, estamos preparados para estarmos juntos dentro do ambiente de trabalho, dentro do ambiente escolar, junto com essa singularidade, porque, se a gente prega a diversidade, essa diversidade de certa forma a gente esconde, rechaça. Isso é a hospitalização que até então se inseriu com a Philippe Pinel, mas a ideia da antimanicomial é mudar esse cenário, é movimentar, é agora vamos trazer, vamos dar luz para o assunto e vamos conviver. Mas como conviver com segurança, com bem-estar, então são mais perguntas do que respostas mesmo.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Dra. Mariana. Vou passar a palavra para a Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Só para fazer um aparte, bem rapidinho Dra. Mariana, tu falaste tantas coisas que eu fiquei com vontade de fazer alguns comentários, mas pela questão do tempo, só vou pegar a

questão dos manicômios, da CNJ, a Resolução nº 487 do Conselho Nacional de Justiça, que inclusive a OAB fez um seminário muito bacana do qual tive a oportunidade de participar, e eu quero pautar nesta Comissão essa resolução; só que aqui, Presidente, nós temos cotas, cada vereador tem uma cota, eu já estourei a minha cota nesse primeiro semestre, mas vamos pautar no segundo semestre, se possível, esse debate, porque é bem importante. Porto Alegre tem o Instituto Psiquiátrico Forense, eu acho que deve ter uns duzentos e poucos pacientes, e eles vão ser atendidos pelo SUS aqui em Porto Alegre, nos CAPS, e como é que está a estrutura para receber.

A Assembleia Legislativa, através do deputado Sabino, está com uma audiência já marcada para o dia 5 de julho, já convido a todos, uma audiência na Assembleia Legislativa proposta pelo Deputado Elisandro Sabido sobre essa pauta. Então eu vou estar representando a Câmara de Vereadores e fica o convite para todos. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. A Sra. Fernanda Silva da Silva, do Comad, está com a palavra.

SRA. FERNANDA SILVA DA SILVA: Bom dia a todos, meu nome é Fernanda, atualmente sou a presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, sou servidora do quadro, da Prefeitura, hoje estou na Saúde e gostaria de dizer para senhora doutora, que também sou do Conselho da Comunidade, do TJ. Essa pauta já está conosco também, com a nossa presidente. Hoje eu sou tesoureira naquela atividade, mas nós já estamos também tentando trabalhar junto aos nossos juízes da Vara, sobre esta questão, porque é preocupante o que vieram com os nossos apenados, que alguns eram para ficar para sempre – talvez lá – e a necessidade de eles, com a lei, poderem sair e ter suas vidas. E como é que vamos fazer isso? Isso é um debate que também acredito, vereadora, que estejamos juntas e, com certeza, o Conselho da Comunidade está lá. Eu só trouxe isso porque a vereadora irá sair daqui a pouquinho, então já quis dizer. Eu estou contribuindo e vou passar para nossa presidente, para

falar sobre o assunto, que hoje está sendo tratado aqui e que também nós possamos estar lá, quando tiver esse trabalho com a Assembleia e com o vereador.

Bom, a minha questão aqui enquanto Saúde Mental é prioritária a dependência química. O Conselho trabalha estritamente com dependência química, as outras questões sobre o Conselho Municipal de Saúde que é muito mais amplo, que trabalha todo o SUS, aí deixo a cargo do próximo momento, ou para os nossos queridos colegas conversarem sobre isso. Mas eu acredito que o Conselho Municipal de Política sobre Drogas tem muito a ofertar como trabalho, como escuta, principalmente. Ontem nós estávamos aqui fazendo uma entrevista no Jornal TVCâmara, a esse respeito, apresentando um pouco o Comad, que voltou a estrutura da saúde, antes ele tinha saído numa das gestões ele saiu, como vários conselhos também saíram, não tiveram a salvaguarda de alguma secretaria. Mas, enfim, nós como Conselho de dependência química, no federal nós temos várias bases que poderíamos estar assentados. Nós poderíamos estar assentados na segurança, nós poderíamos estar assentados na assistência, nós poderemos estar assentados na juventude, mas nós, enquanto Comad de Porto Alegre – porque cada município tem o seu Comad –, nós entendemos que essa é uma questão de saúde mental e que o dependente, o assistido, o paciente dependente químico deve ser tratado dessa forma. Nós entendemos que nós precisamos ajudar, enquanto também nossos colegas da Saúde Mental também têm esse mesmo entendimento, porque é uma patologia e ela deve ser tratada como tal. Outra questão que eu também deixei bem claro, na entrevista, é que cada segmento, cada base federal dos seus ministérios, enquanto para a dependência química, tem o seu trabalho. O trabalho do Comad não é ficar questionando sobre segurança. Nosso tema não é tráfico, não é combater, mas sim preservar a saúde mental daquele que tenta e a família também tenta ajuda-lo, de alguma forma, retomar sua vida social e a sua cidadania. Então nós trabalhamos com abstinência, com prevenção, com tratamento e reinserção social. O nosso objetivo é sempre tratar aquela pessoa que necessita ser ajudada para que ela retome a sua vida, seus estudos, seu

trabalho, de alguma forma. Nós, enquanto gestão, nosso planejamento de 2023 para 2024 é ouvir as famílias, nós precisamos ouvir as famílias. Nós já estamos encaminhando porque no nosso quadro nós temos consultores em dependência química, nós temos psicólogos, nós temos assistentes sociais, nós temos “n” profissionais dentro do nosso conselho que estão ali para ajudar. Qual é o primeiro movimento? É escutar aquele que nos chega, encaminhar para os grupos de mútua ajuda que nós, conselheiros, estamos, porque há uma necessidade de acompanhamento onde nós estamos e, caso alguma coisa ocorrer, bom, aí vai para os CAPSs, vai para a VEPMA, que também nós temos um trabalho com a VEPMA, vários presidentes do Comad já tiveram esse movimento e depois da pandemia e a questão de um juiz ter feito aposentadoria, então nós estamos retomando a questão com a VEPMA e mais o nosso conselho da comunidade. A FASC, tempos atrás, com a nossa conselheira, antes da pandemia, já havia uma ideia de, pelo menos, ter uma casa de passagem muito breve, porque às vezes o dependente químico sai de uma comunidade terapêutica ou de um hospital e precisa ter um tempo para ele, não pode voltar para casa porque é um espaço, um território altamente vulnerável para ele. Então retomar essas questões com a FASC, com os novos conselheiros que estão chegando conosco, saber como está acontecendo, porque antes tinha essa ideia, porque também tinham imóveis da Prefeitura e tal, naquela época, antes da pandemia, que estavam pensando sobre isso. Agora eu não tenho mais essa informação, então quando os nossos conselheiros retomarem as atividades a gente pode conversar sobre isso. Obrigada, desculpe se eu não consegui falar tudo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Deixa-me te ajudar nessa fala porque a gente estava conversando antes ali e aí entra no Ação Rua também, entra a FASC. A gente hoje o nosso prefeito falar sobre a questão dos moradores de rua, sobre a questão da drogadição, e aí a gente vem para esse tema que é a pauta dessa reunião, que é como a gente faz para acolher, porque a gente sabe da necessidade, mas a gente sabe que a gente também não tem braços para

acolher todos e muitos não querem isso. Eu vejo a questão da drogadição e eu sempre falo da questão dos CAPSs, tem gente que me interpreta mal inclusive em função disso, mas eu vou continuar falando isso, porque eu acho que os CAPSs hoje não solucionam; eles fazem esse primeiro acompanhamento, esse primeiro acolhimento, mas enquanto nós não tivermos uma mudança na Constituição, porque essas pessoas que estão doentes, porque a drogadição é uma doença e ela tem que ser tratada como tal, e ela não é tratada como tal, enquanto não tiver um compulsório, e aí entram os Direitos Humanos, entra toda uma outra conversa em cima disso, mas enquanto nós não tivermos isso, nós não vamos ter solução para a drogadição. Eu sou uma pessoa que trabalha diretamente com os moradores de rua, há 12 eu faço isso, eu os conheço pelo nome, suas histórias, então não estou falando com uma leiga, estou falando como uma pessoa que conhece, e mais de 90% das pessoas que moram na rua hoje são drogadas. E a grande droga deles é o *crack*, que é aquele que destrói realmente e que não tem volta. E essas pessoas não são acolhidas nos CAPSs, não conseguem ser colhidas nos CAPSs, não querem ser acolhidas nos CAPSs. Então eu acho que os CAPS é uma porta de entrada, sim, é importante, mas não é a solução, a gente precisa ir muito além. E esse é o limbo que a gente fala.

SRA. FERNANDA SILVA DA SILVA: Precisamos ter algumas alternativas. Outra coisa, vereadora, só para concluir, como nós também somos um conselho fiscalizador e que também precisam estar assinados todos os estabelecimentos que tenham dependência química, que tenham esse alvará, como vários alvarás também têm assinatura do Comad, nós fomos em algumas denúncias, porque nos chamam, e é preocupante quantos idosos estão em comunidades terapêuticas, em clínicas, porque também as famílias não querem que as pessoas voltem para casa. E graças a Deus, é o que eu digo sempre, graças a Deus que eles conseguiram estar idosos, porque tem muitos dependentes químicos que não chegam a ficar idosos, porque a dependência química também mata. Então eu só gostaria de dizer isso, porque nós estamos preocupados também com essa faixa etária.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Fernanda. Antes de passar para mais alguém Da Secretaria da Saúde, vou passar para a FASC com a Sra. Patrícia Mônaco, que representa o Ação Rua. Patrícia, tu estás há bastante tempo no Ação Rua? Quando eu fui do Conselho Tutelar, em 2004, já tinha uma Patrícia, não é, Acir? Não vou dizer quantos anos, para não entregar a nossa idade. Patrícia, por gentileza.

SRA PATRÍCIA MÔNACO: Na verdade, a minha contribuição talvez tenha muito mais ressonância no que o pessoal falou, porque eu trabalho há quase 23 anos com a rua. É um dom que a gente vai desenvolvendo, e isso nos permite tanto ficar muito assustada com o cenário que nós temos, quanto, ao acompanhar a evolução, poder propor algumas coisas. Digo isso, porque a gente costuma brincar que a rua não é mais a mesma, a gente tem sim uma configuração não só a partir do ponto do uso abusivo de substâncias quanto de questões relacionadas à segurança, do envolvimento das relações do tráfico hoje entre a população de rua ou contra a população de rua, enfim. Eu fico aqui ouvindo todo o mundo falar, lógico, me identifico mais com as pessoas em situação de rua, porque acompanho isso há muitos anos, me parece que a gente, como sociedade, não sabe mais o que fazer com a saúde mental. Eu chego a dizer isso de uma forma muito leiga, mas eu acho que é mais ou menos isso. A gente aposta, e eu trabalho, a gente diz muito: isso é da Saúde, isso é da Saúde. Sim, eu acho que a grande massa da questão da saúde mental, do ponto de vista do tratamento, ela é. Mas a fundação trabalha com muitas pessoas que, se formos dizer, por exemplo, que a questão do uso abusivo de substâncias é uma questão de saúde mental, e é, nós também trabalhamos com isso. Eu não acho que seja exclusividade da Saúde a questão da saúde mental, porque ela está na escola, ela está na rua, ela está nos nossos ambientes de trabalho. Eu acho que o adoecimento, e não tem a ver só com a pandemia, tem a ver com uma produção de vida e uma produção de sociedade, ele diz de todos nós. A rua, eu digo que ela é um grande observatório do que a gente tem dentro de casa e dentro das nossas vidas, porque ali estão não só as pessoas que vêm para rua por conta

de um uso abusivo, mas por conta de uma falência de muitas coisas na sua vida, desde uma escolaridade que não se conseguiu cumprir. Então a gente tem pessoas em situação de rua com baixo nível de escolaridade, baixíssimo, poucos são aqueles que têm o ensino médio completo. Às vezes, encontramos, óbvio, mas a população de rua é marcada pela pobreza e pela exclusão, não há dúvida disso, nenhum de nós tem essa dúvida. O que a gente vem observando é que grande parte das pessoas fazem uso de substância, e isso não tem como ficar só a cargo da Saúde. Eu acho que a gente também precisa pensar quais são os dispositivos, porque a gente fica numa briga. Eu entendo quando tu falas da questão das compulsoriedades, porque eu acho que alguns casos são necessários. Aí talvez a gente tenha falhado ao achar que isso não é uma necessidade nunca. A colega do Comad, até porque eu fiz parte do Comad um tempo, talvez a gente tenha que poder entender de onde viemos, embora tu digas que a reforma psiquiátrica é muito jovem, ela é de 2001, ela é, a gente veio trabalhando numa linha do cuidado em liberdade, e eu sou absolutamente favorável, mas existem alguns agravamentos que, se nós, Estado, não fizermos alguma coisa por aquele sujeito, tu prevaricas com a própria vida dele. É um limite muito tênue que a gente, como eu digo, agentes de Estado, cuidadores, psicólogos, a gente fica tentando trabalhar neste limite, que é o quanto o cuidado em liberdade, às vezes, em alguns casos, eu vou ser muito sensível nisso, não tende a ser uma missão do próprio Estado em relação àquele sujeito, mas esse é o grau extremo do cuidado. Eu penso que as políticas públicas precisam se envolver com a questão da saúde mental, porque isso está na escola também. A escola não consegue mais dar conta do número imenso que nós temos de transtornos associados, de alguns diagnósticos que nós não tínhamos alguns anos atrás. Eu acho que, embora tenha uma questão de déficits de saúde mental, e tenho certeza de que os colegas concordam comigo, do ponto de vista da rede de cuidados, a gente precisa mais do que dizer: de quem é? É da Saúde, é da Assistência? É poder pensar como é que a gente chega, como humanidade, neste momento em que a gente não sabe lidar mais com a saúde mental. A gente fica tentando achar um remédio possível, uma forma possível de tratar isso, e

nós temos um contingente gigante de pessoas. Eu penso que a solução não vem só daí; também, mas não apenas.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Patrícia. A Sra. Mirela, da FASC, está com a palavra.

SRA. MIRELA DE CINTRA: Eu queria falar um pouquinho dos nossos parceiros. A gente tem parceria com o Menino Jesus de Praga, o Santo Antônio dos Excepcionais e o Santa Rita, é um trio. E a FASC, acho que entra sim nesse recorte. A FASC tem 45 metas e trabalha num recorte do que é que pode ser atendido ali que não é suporte à vida. A gente avançou bastante nisso. A gente trabalha com idoso, está abrindo mais 120 vagas no edital para idoso grau 3. A gente vai reabrir o RI e a gente não vai cobrir tudo o que a gente tem na lista, na parceria aqui. Eu acho assim: a gente vai ter um edital de casa de passagem também. Esse aumento de vagas que tem, um monte de aumento de vagas, tem 720 crianças em acolhimento, muitas com saúde mental da criança, ou da mãe, tem muito bebê em acolhimento, ou crianças até três anos por saúde mental da mãe, em situação de drogadição. O que eu gostaria de discutir não é isso, eu queria discutir a questão de como a gente está pegando a lógica antimanicomial e trocando... A gente tira do manicômio, mas tenta institucionalizar em outra política, mas é tudo institucionalização. A política de assistência social institucionaliza, mas invisibiliza, então essa institucionalização na assistência, tu não vêes como institucionalização, e é – e às vezes é para o resto da vida. A assistência social propõe um suporte ambiental e um cuidado, mas a gente tem que ter muito cuidado com a questão da exclusão e da institucionalização total, porque de alguma forma tu pedes um cuidado que é uma institucionalização total, tu pedes que a política de assistência social dê conta de tudo – a gente discutiu isso várias vezes – e ela não consegue, ela não foi pensada para isso. Ela atende saúde mental, como disse a Patrícia, ela atende rua, ela atende situações bem agravadas, mas o recorte dela não é esse, e ela faz. Eu acho que tem essa coisa, quando tu falas, como a gente chama, em zona cinzenta, não é

um limbo, é uma zona cinzenta que tem questões da saúde, da assistência e alguma coisa que não é dos dois, mas é de todo mundo, porque a institucionalização tira dos olhos e tu cobras. Eu trabalhei 20 anos com infância e tu cobras que o abrigo da infância tem que dar conta de tudo até que a criança faça 18 anos. Dá conta de tudo por causa do ECA, dá conta de tudo porque tem uma cobrança, mas não deveria ser tudo da assistência. Eu acho que há um pedido que a assistência social ocupe um lugar que foram das instituições totais, que tira dos olhos, exclui, e a gente tem que cuidar muito com isso, porque a gente está aumentando muito o serviço, mas a gente consegue devolver poucas crianças para casa. Quando vais nos serviços deles, ficas olhando aquelas crianças numa condição de saúde muito agravada e ficas pensando: “O que a gente vai fazer? Eles vão ficar para sempre ali?” A gente foi fazer o trabalho na lista do Lar Emanuel, a gente foi pensando idoso por idoso, eu peguei a lista um por um, porque é a casa deles. E a gente faz o que com isso? Eu penso que a gente tem que pensar como cidade, para além de uma ou outra política, pois é problema da cidade inteira, e a cidade pede que essas pessoas saiam do olhar, ela pede que essas pessoas sejam invisibilizadas. Eu acho que é isso que a gente tem que pensar: a gente tem rua, da gente tem idoso, a gente tem bebê, a gente tem criança, a gente tem idoso com problemas de saúde mental, porque eles estão ficando velhos e continuam com os problemas. A gente tem uma sociedade bem adoecida, e escondê-la, não vou nem falar aqui em comunidade terapêutica, não vou nem entrar nesse detalhe... É caso a caso, a gente, na assistência, com o pessoal da saúde mental, trabalha no caso a caso, mas a gente tem que pensar nessa questão, no que está se pedindo quando se pede mais serviços.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Mirela.

SR. VITURUGO MIRANDA: Só uma colocação que eu acho extremamente relevante da fala da FASC. O que é necessário, os senhores, como vereadores, políticos, é as secretarias falarem entre si, é isso que falta em Porto Alegre. Veja,

estamos num trabalho há cinco anos para a saúde nos ouvir, agora estamos conseguindo através de uma presidência da FASC anterior que abriu a cabeça, entendeu a necessidade, mas aí não há os convênios – é um outro problema. Eu falo para os senhores: façam as secretarias se falarem! Isso adiantaria 70% de todo esse imbróglio que está aí, senhores; é só as secretarias se falarem! Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): A Sra. Larusha, do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, está com a palavra.

SRA. LARUSHA KRÁS BORGES: Bom dia, Ver. José Freitas, Ver.^a Cláudia, demais vereadores e presentes. Muito já se falou – muito bem falado também pelo Miranda e pelas colegas aqui da FASC –, mas a provocação é: quem é responsável por esse público? Eu diria que é a cidade de Porto Alegre. Eu acho que quando a gente fala em política pública, nós ainda temos culturalmente as instituições muito fechadas nos seus regramentos; se a gente for falar de assistência social, a gente tem toda uma legislação e um escopo do que é de fato da competência da assistência social e nós temos limites dentro disso, nós não podemos fugir desses limites porque nós temos todos os órgãos de controle, como Ministério Público, tribunais de contas, enfim, que também nos balizam, e da mesma forma a saúde, da mesma forma a educação. Eu acho que o nosso desafio talvez seja esse: conseguir sair dessas caixas e pensarmos numa política para Porto Alegre. Essas pessoas são da assistência, mas também são da saúde, também são do esporte, dada sua especificidade. Quando a gente fica com a responsabilidade – eu acho que é isso que pesa e eu acho que isso que diminui todos nós enquanto política –, pesa só para um lado. Essa situação eu acompanho muito de perto, essa construção com as casas especiais, que aqui hoje estão representadas pelo Miranda, mas nós temos o Santa Rita, nós temos excepcionais, e ali temos todo um perfil de acolhimento, que, de fato, é da assistência? Também. De fato, é da saúde? Também. Quando a Mirela fala dessa zona cinzenta, é muito isto: é deixarmos de pensar de quem é, porque é

de todos nós. Nós podemos sentar com as secretarias e dizer: “Essa parte que nos compete, nós temos como arcar dessa forma; e essa parte compete à saúde”. A gente precisa também avançar nesse sentido, senão onera muito, é um serviço muito especializado das casas especiais, é um serviço que por tamanha especialização tem um valor muito elevado para ficar somente na assistência social, que também é uma política que não tem um percentual garantido. Eu acho que a gente tem que pensar em avançar nesse sentido, e nós, enquanto conselho, também estamos pensando sobre isso, porque o conselho é deliberativo também, não só sobre a política como sobre os recursos aplicados a essa política. Ele faz o papel de controle social, sim, também das instituições, dos regimentos e do que a gente precisa para poder fazer a liberação, a manutenção de um registro, porque nós somos cobrados. Nós somos cobrados, inclusive pelo Ministério Público, quando ele chega com denúncias e com situações – e que bom, eles nos obrigam agir também em determinadas situações. Mas eu acho que o desafio é esse, é a gente conseguir pensar, enquanto política de cidade, essas pessoas não são minhas e elas não são da saúde, não são da assistência, elas são de todos nós, e nós precisamos, enquanto cidade, dar uma resposta capaz de dar dignidade, de promover cuidado e visibilidade acima de tudo. Eu acho que essa é a contribuição que eu gostaria de fazer neste momento.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Larusha, dentro da fala de vocês, nota-se que as entidades aqui e outros que existem estão carregando piano sozinhas. Por isso que esta reunião vai servir... Depois, eu vou passar, no final, para a Ver.^a Cláudia fazer os encaminhamentos, justamente para afinar, como o senhor falou que se sente sozinho, não é? Falta essa união aí, darem as mãos. Eu vou passar para Secretaria da Saúde. O Gabriel Mazzini está com a palavra.

SR. GABRIEL MAZZINI: Eu sou da coordenação da saúde mental, e isso é muito importante, eu vou começar falando a partir disso. A Ana e eu falamos a partir da coordenação de atenção à saúde mental. Então, nós temos ausências

importantíssimas aqui hoje para tratar desse tema. A gente não representa aqui a política de saúde, a gente representa a política de saúde mental. Então quando o Sr. Miranda fala que está tentando conversar com a saúde e não consegue, não é conosco, talvez quem tivesse que está ouvindo isso, então, não está aqui. A Casa do Menino Jesus de Praga recebe pessoas não em função dos transtornos mentais que elas possam eventualmente ter, mas por deficiências, várias, e é isso que determina a necessidade no acolhimento residencial dessas pessoas e do cuidado de saúde que elas têm, e não pode recair sobre a saúde mental a responsabilidade de responder sobre isso. Acho que isso é importante a gente colocar sobre todas as deficiências. A gente tem uma divisão muito necessária para conseguir fazer a gestão da Saúde, dentro da Secretaria da Saúde. Nós somos a política de saúde mental, nós temos a política de saúde da pessoa com deficiência, a política de saúde da população em situação de rua, a política de saúde bucal, são várias políticas de saúde, e são as de saúde. Inicialmente, a pergunta é uma provocação para a gente justamente poder negar a própria pergunta, essa pergunta tem que ser negada: é a saúde ou assistência social que cuida? Não é nenhuma das duas só, e nem é só as duas. As pessoas que pensam sobre isso têm muita clareza e entender que para gente garantir o direito à saúde das pessoas, a gente precisa de muitas políticas públicas atuando juntas, porque a saúde é uma dimensão da vida das pessoas. É impossível a gente garantir saúde para as pessoas, se as pessoas não tiverem acesso à moradia. É impossível garantir saúde para pessoas se elas não tiverem acesso à renda, ao emprego. É impossível oferecer garantir saúde e saúde mental para as pessoas se elas não tiverem acesso à alimentação, à segurança alimentar, à lazer. E essas políticas nunca são chamadas, e a gente está sempre tentando ampliar esse entendimento para garantir que a gente consiga que a cidade olhe para isso dessa forma. A política de assistência social não é uma política de habitação, então, a gente não pode cobrar da assistência social que as pessoas tenham onde morar. A política de saúde também não é uma política de habitação. A política de saúde, em especial a saúde mental, que é sobre a qual a gente pode falar, ela tem um dispositivo de moradia que é para

desinstitucionalização de pessoas que estiveram muitos anos no Hospital Psiquiátrico. E acho que a gente já vivi isso há muitos anos, então, acaba dizendo que a saída para um residencial pode ser uma invisibilidade. mas não é. Se a gente for pensar na evolução, é justamente conseguir ver essas pessoas, quando elas estavam no Hospital Psiquiátrico, quando elas estavam nos hospitais de custódia, quando elas estavam em lugares que acolhem essas pessoas e que ficam com elas lá para sempre, aí, sim, elas estavam invisíveis. Agora, a gente só está falando delas porque elas estão visíveis. Antes, elas estavam invisíveis, e essa é a política antimanicomial, que a gente tem que reafirmar, que a gente tem que trazer a cada dia, a cada instante, a cada minuto, em todas... A gente ouve aqui muitas falas que podem, facilmente, não são, mas pode facilmente deslizar para uma ação manicomial. E muito desconhecimento também, o que é esperado também, não se pode saber tudo. Agora, por exemplo, essa resolução do CNJ é algo para o que a gente tem que olhar com muita atenção, o próprio Ministério da Saúde está olhando com muita atenção. Agora, ela não é muito diferente do que nós já fazemos. Nós, há muitos anos, tiramos as pessoas dentro IPF – isso não é novidade para nós. A novidade é ter um prazo. A novidade é ter um prazo sem ter a estrutura necessária, porque a gente faz com que a gente consegue, e, às vezes, a gente não consegue porque nós não temos toda a rede de saúde implantada em Porto Alegre. Nós precisamos... Nós já fizemos grandes esforços e conseguimos ter um número de CAPS AD, para cuidar de pessoas que usam substâncias, suficiente para Porto Alegre, mas nos falta ainda CAPS para pessoas com transtorno mental, nos faltam CAPS para infância e juventude, e que não foi por falta de esforço nosso. Nós lançamos um edital, há uma decisão de gestão de que tem que ser parceirizados esses serviços. Então nós lançamos um edital, ninguém se candidatou, não houve entidades candidatas. Nós relançamos o edital com o valor maior, não houve em entidades candidatas. Então, nós fazemos esforços, nós temos feito constantemente – eu estou, na coordenação de saúde mental, como assessor técnico, desde 2015. E nós lançamos um edital agora recentemente para abrir serviços residenciais terapêuticos, que é uma coisa que

faz muita falta na nossa rede, e só houve uma entidade que foi criada em 2021. Então, zero experiência, nunca prestou serviço residencial, muito mesmo residencial terapêutico, então, não foi aprovada. A gente tem uma série de limitadores nesse sentido, mas a gente não para de fazer os esforços necessários.

Outro esforço muito importante que eu acho que contempla isso que o Sr. Miranda estava falando é a conversa entre as secretarias. Por um tempo, nós recebíamos as demandas que, em geral, são pedidos de residencial terapêutico, e, quando a gente identificava ali pelo processo que não era um pedido para residencial terapêutico – e, às vezes, é muito evidente que não é. Uma pessoa que caiu no poste e teve uma lesão cerebral e está vegetativo, aí vem um pedido residencial terapêutico. Não tem nada a ver com a demanda do residencial terapêutico.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Para concluir, Gabriel.

SR. GABRIEL MAZZINI: Eu vou concluir logo, mas é que eu ouvi muita coisa, a gente tem muito assunto para falar, e não vai ser realmente hoje, mas alguns pontos de apoio a gente precisa colocar. Da mesma forma, muitas demandas chegavam para FASC, e a FASC também encaminhava para nós dizendo que não era competência dela; algumas realmente não são. Então nós começamos um diálogo e já faz alguns anos. Agora, há um ano um pouco mais ou menos, nós conseguimos concretizar esse diálogo. Nós temos reuniões a cada 15 dias para conversar sobre essas demandas – que são para nós ou que são para a FASC e que a gente não consegue atender, ou que não estão na competência de nenhuma dessas políticas, mas que a Cidade precisa dar um jeito de atender – numa interlocução ainda com o Ministério Público e com outros pontos da sociedade, para a gente conseguir olhar para isso. E é muito difícil porque, muitas vezes, a gente só está discutindo qual a secretaria que vai ser judicializada, mas a gente conversa. Então, assim, essa conversa a gente faz; a gente consegue fazer. Agora houve uma mudança importante lá na estrutura,

nas pessoas da FASC, a gente vai recomeçar essa conversa, mas são coisas da vida, da democracia, e a gente também tem que aceitar isso, a gente precisa desejar isso, a democracia.

Outras coisas muito importantes que foram citadas aqui. A curatela é uma coisa central para isso. Nós temos problemas gravíssimos com os curadores, e isso é a responsabilidade sobre as pessoas e, sobre as pessoas, a gente não consegue incidir quando o responsável por aquela pessoa está totalmente ausente.

Uma ausência muito importante também aqui hoje – eu não digo que elas se ausentaram, mas eu acho que a gente tem de pensar e talvez ser mais explícito no convite ou então ser com maior antecedência; nós recebemos o convite ontem, então, talvez a gente pudesse ter apontado até isso, nós da saúde mental – da vigilância sanitária. Porque todas as questões relacionadas...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Desculpa, só para... foram convidados. A vigilância sanitária foi convidada. Para mim, era muito importante porque eles notificam as instituições e eles criam o problema.

SR. GABRIEL MAZZINI: A gente não pode falar isso porque é uma frase muito...

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eles identificam e criam o que nós temos que solucionar. É através a vigilância...

SR. GABRIEL MAZZINI: Eles apontam o problema, o problema está ali, não eles criam, ou seja, eles nos apontam.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Isso. E não foi ontem, vocês podem ter recebido, mas a Secretaria de Saúde foi convidada a mais tempo, no dia 02.

SR. GABRIEL MAZZINI: Está ótimo, obrigado. Mas, assim, a vigilância sanitária é alguém que pode responder, e eu sei que tem uma atuação que não é tão rígida, assim, porque a vigilância... eu não posso falar pela vigilância, mas sei

que a vigilância aponta necessidades e dá prazo para resolução das necessidades. A vigilância também não pode assumir, muito menos a cidade pode assumir que pessoas fiquem sendo muito mal cuidadas. Infelizmente tem lugares em que a gente encontra – porque a gente também vai a esses lugares – que são muito piores do que o IPF, que são muito piores do que o São Pedro. São lugares que não cuidam das pessoas, e essas sim são instituições que estão com pessoas invisibilizadas. A gente não sabe se uma pessoa não morreu lá dentro e ninguém ficou sabendo, por que são lugares muito distantes, são lugares fechados, não acessam rede nenhuma. Então a gente não sabe se estar lá o meio-dia não ter comida para ninguém. Então eu não eu não estou acusando as instituições que estão aqui, mas eu estou dando a realidade do que a vigilância e a política de saúde em encontram também nesses locais, em vários locais.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Gabriel, daqui a pouco vais estar falando sozinho aqui. É muito importante a tua fala, só que a gente sabe que o tempo é pouco e nós temos um teto de meio-dia.

SR. GABRIEL MAZZINI: Então eu só vou concluir. Sobre a fala da Patrícia, nós não sabemos da comunidade de saúde mental, a gente nem tem a rede necessária para cuidar da saúde mental. Então a gente não pode dizer que a gente não sabe cuidar da saúde mental, nós temos uma proposta muito bem evidente de como cuidar da saúde mental, a gente não conseguiu implantar a rede – e aí tem vários entraves para a gente conseguir implantar rede. E a gente precisa que as todas as políticas necessárias para que a saúde mental consiga ser bem cuidada também estejam em consonância, como a gente busca com a FASC e a gente consegue bastante com a FASC. Mas tem muitas políticas, e a gente não pode dizer, Patrícia, que a gente não sabe cuidar da saúde mental, que a gente chegou a um momento que não sabe. A gente ainda nem conseguiu cuidar como é para ser cuidada. É isso.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Gabriel. A Sra. Fernanda gostaria de fazer um convite, não é?

SRA. FERNANDA SILVA DA SILVA: Só o convite para a 25º Caminhada pela Vida, que nós vamos fazer no dia 25 de junho, que é o último domingo, que nós contemplamos ao ano, que é o mês internacional da política de combate às drogas, então todos os países que são federados a ONU fazem algum movimento, e nós aqui em Porto Alegre nós fazemos sempre no último domingo do mês de junho. Então a nossa atividade será da nove às quinze horas no Parque da Redenção, ali no Monumento ao Expedicionário; vai ter na mídia também. Nós tivemos aqui já e nos apresentamos para o presidente, ele estará conosco lá. Então espero que vocês possam estar conosco também, porque vai ter várias atividades; a Defensoria do Estado também vai estar lá, vai ter bastante movimento. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Fernanda. Vou passar para a Ver.^a Cláudia, proponente da pauta. Esse aqui foi só um pontapé inicial, pelo visto aqui a demanda é muito grande, e nós vamos ter de continuar com essa discussão.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Até eu propus para o presidente que nós pudéssemos trazer novamente, pela comissão de saúde, a pauta, porque eu acho que a gente deixou de falar muitas coisas que a gente gostaria de falar e que são importantes para a gente fazer essa construção, como disse a Dra. Mariana e a Larusha também, acho que essa ligação entre as secretarias é que transforma o poder naquele que pode ajudar realmente a solucionar, é muito importante, e hoje a gente não consegue ter isso. Eu acho que a gente precisa trabalhar muito essa questão. Eu vejo aqui, da fala de todos, a importância da capacitação; dentro desta construção de secretarias, nós temos que ter um setor específico para indicações, para capacitações, para, como disse o Léo, que a gente possa indicar qual é o caminho, porque essas pessoas acabam ficando

perdidas e sem saber para onde elas devem se dirigir, como que elas fazem para conseguir ser acolhidas, que foi o que aconteceu com a Lisiane, do Lar, que até hoje não consegue uma parceria nem com o Comui, porque ela trabalha com idosos, porque faltam adequações. Como é que eu faço isso? Eu quero fazer, mas como é que eu faço? Então falta essa integração, muitas vezes. Eu acho que a gente tem que trabalhar essa questão da capacitação, a questão das vagas, porque a gente tem vagas, porque a gente tem aí uma instituição oferecendo vagas que a gente não consegue comprar; a gente tem lá o Leopoldo, com a CrêSer, que é o contraturno daquelas pessoas que são muitas vezes esquecidas, que são aquelas acima de 18 anos e que têm problemas físicos, neurológicos e tudo mais, e que tem condições de acolher mais, e que a gente também não consegue fazer. Então acho que a gente precisa, dentro dessa construção de unificação de uma comissão, de algum órgão que possa atender, precisa ver como que a gente oportuniza isso, porque espaço para a gente colocar tem. Mas como é que a gente constrói isso? A gente sabe que precisa de um orçamento também para isso, e que isso é muito sério, porque a gente fala de uma lei orçamentária que tem início, meio e fim, e que a gente não consegue compor tudo, mas acho que a gente tem que trazer essa questão. A questão dos CAPS que a gente precisa trabalhar, então muitos são, e a gente falou aqui em saúde mental e não falou em autismo, e a gente hoje tem, a cada três crianças, uma criança autista, que é um caso também, e, graças a Deus, a gente conseguiu inaugurar o Certa, que é o início, é o pontapé inicial para que a gente tenha outros acolhimentos, mas a gente tem milhares de crianças com a questão do autismo, e a gente precisa capacitar os nossos profissionais, não só do poder público, mas, também, os privados que muitas vezes não têm esse entendimento. Eu tenho uma criança, agora, no domingo, eu faço um serviço com um dentista que trabalha um domingo por mês, vai na minha casa e atende crianças com deficiência, só crianças com deficiência, e veio o caso de um menino que foi atendido por uma dentista que perdeu o rumo, e o menino é autista; o menino se mexeu, sangrou, ele descompensou em função de ver o sangue, e começou a chutar cadeira da dentista e ela entrou em surto por causa

disso. Então falta esse tipo de capacitação também, e eu acho que é importante a gente trabalhar. Então se a gente conseguir, presidente, trazer essa pauta para dentro da comissão novamente e brevemente, eu acho que é importante; se a gente não conseguir, eu vou fazer isso via Frente Parlamentar SOS Hospitais que eu tenho, que fala sobre problemas de saúde, mas eu acho que, enquanto comissão, seria importante a gente fazer. Acho que a gente tem que encaminhar uma solicitação para que a gente crie uma comissão especial para tratar sobre o tema, junto com as secretarias afins; eu acho que esse é o primeiro...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Pode ser eu, pode ser a comissão, acho que enquanto comissão nós temos mais força para isso; acho que não tem que ter um proponente, tem que ter uma força que faça com que isso aconteça, para que a gente possa ver como capacitar e como fazer tudo isso que a gente falou. Acho que a Vigilância Sanitária, só para concluir, é muito importante; eu não quis dizer que eles trazem problemas, mas eles apontam os problemas sim, e, muitas vezes, problemas que a gente tem como solucionar sem transformar isso num grande problema, e que às vezes acontece. A gente teve uma denúncia lá da Caverna de Adulão, que nós estivermos lá enquanto poder público; só para exemplificar: não podia ter cachorro; é um sítio de pessoas que estão em tratamento terapêutico, com relação à drogadição. Como assim, se tu moras num sítio, tu não podes ter cachorro? Então tem vários assuntos que a gente tem que discutir, que a gente precisa trazer, mas que tem um apontamento que pode fechar um lugar que tem 50, 60 pessoas, e que a gente não consegue acolher. Então eu acho que, como encaminhamento, fica para a gente construir esta comissão que unifique isso, para que a gente possa discutir causas bem pontuais e tentar achar soluções juntos.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Pessoal, era isso então. Muito obrigado pela presença de todos. Que Deus continue sempre nos abençoando. Bom dia

e bom trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h50min.)

TEXTO SEM REVISÃO